



1 **APROVAÇÃO 21/09/2021** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
2 TÉCNICA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA
3 E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH- BG.
4 GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 12 de julho de 2021, Segunda-feira às 14h, deu-
5 se a Reunião Extraordinária da CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO
6 AMBIENTAL por videoconferência com a seguinte pauta: **1. Alinhamento sobre o**
7 **GT Chorume; 2. Decisão sobre a reativação ou não do GT; 3. Em caso de**
8 **reativação, definição das próximas ações.** José Miguel da Silva informou que
9 trocou informações com o Ministério Público Estadual nas pessoas do Dr. Alexandre
10 Maximino e o promotor André Dickstein. Foi explicada a necessidade de envolver os
11 dois órgãos da época, no caso o CAO Meio Ambiente e o Gaema, pois o Gaema só
12 atuaria se solicitado pelo promotor natural enquanto o CAO Meio Ambiente tinha
13 prerrogativas de juntar os promotores, propondo uma linha de ação definida por
14 eles, para elaboração de estratégia conjunta quanto ao problema do vazamento de
15 Chorume nos aterros sanitários existentes na Baía de Guanabara. Chegou-se a
16 entendimento junto ao Dr. Alexandre, que um dos problemas seria a transposição do
17 chorume vindo da Bacia do Guandu para a Baía de Guanabara. Somente depois de
18 dois anos de atividade, conseguiram uma confissão do Inea em documento
19 relatando que não teria nenhum amparo legal para o tratamento, somente três
20 estudos acadêmicos que sugeriam o acompanhamento para verificar eficácia das
21 estações de tratamento do chorume e aterros sanitários. José Miguel colocou que
22 não é todo chorume que pode ser levado para uma estação de tratamento de
23 esgoto. José Miguel mencionou os aterros fechados, e que os em atividades não
24 estão dando conta. Colocou em seguida que devem ser identificados os
25 responsáveis. José Miguel complementou que estava sendo agendada uma reunião
26 com o Inea e com as empresas para identificar qual era o entendimento que as
27 empresas e o órgão licenciador teriam da questão. José Miguel continuou
28 informando que, em sua opinião, querem ver o chorume chegar na água, e que
29 ocorreram diversas audiências públicas, registrando a existência de legislação
30 proibindo o tratamento do chorume fora do aterro. Ele afirmou ser fato que se não
31 fosse a eleição do CBH-BG 2020 teriam concluído o trabalho como iniciado em
32 conjunto com o Ministério Público. José Miguel informou que gostaria do
33 posicionamento do MP sobre relatório final elaborado e sobre a continuidade ou não
34 do GT; Flavia Lanari disse que Maricá tem um grande problema de escassez hídrica
35 e ainda a existência de dois lixões, pontuando que praticamente não há tratamento
36 de esgoto na cidade e todos os rios que chegam às lagoas do município, estão
37 contaminados. Flavia Lanari informou ainda que em 2013 começou a cobrar a
38 Prefeitura e sempre recebeu a mesma resposta, mesmo quase cinco anos após a
39 emissão do edital. Patrícia Gabai informou que já sabia da matéria encaminhada
40 sobre GT Chorume, que e analisou o material encaminhado, e que pouca coisa tinha
41 mudado no cenário de 2019 – 2020. Patrícia Gabai esclareceu que existe no âmbito
42 do estado do Rio de Janeiro, principalmente dos municípios que envolvem o Comitê,
43 a situação de despejo do chorume com tratamento deficitário no âmbito da bacia,

44 alguns com tratamento nos aterros sanitários e parte sem tratamento de esgoto, o
45 que não é uma situação ideal. Patrícia prosseguiu informando que gostaria de ter um
46 panorama mais detalhado acerca da situação de cada lixão e despejos que
47 parcialmente são jogados na Baía. Continuou esclarecendo que o Centro de Apoio
48 do Ministério Público está à disposição e que, caso o Comitê delibere pela retomada
49 das atividades, tem seu apoio para caminharem juntos. Dra. Gisela Pequeno
50 informou que integrava o Gaema e acompanhava à distância as atividades do GT
51 Chorume, considerando o único procedimento para acompanhar o tratamento de
52 chorume no CTR de Seropédica. Gisela Pequeno prosseguiu esclarecendo que o
53 Inea tinha fixado um prazo para adaptar estruturas e quanto isso estava permitindo o
54 tratamento externo de chorume, mas posteriormente veio a lei proibindo este
55 tratamento nas ETEs. Começaram desta forma a cobrar para onde estavam
56 destinando este chorume, foi realizado uma vistoria no CTR, não foi constatado
57 vazamento de chorume nas instalações, mas existia o problema da incapacidade de
58 tratamento interno de todo o volume produzido. Gisela Pequeno disse que com o fim
59 do Gaema, o procedimento retornou para a promotoria de origem e continua
60 acompanhando esta questão, principalmente sobre segurança hídrica. Gisela
61 informou à Flavia Lanari que procedimentos relacionados a recursos hídricos em
62 Maricá serão tratados no âmbito do GTT. Alexandre Braga falou sobre a importância
63 da participação do Ministério Público ajudando muito, principalmente nas questões
64 ambientais. Magno Neves disse que existe um inquérito sobre chorume aberto em
65 Niterói, Caxias e Rio de Janeiro. Magno falou que acompanhou o andamento do
66 inquérito, e que chegou a fazer visitas a todos os aterros licenciados. Magno colocou
67 ainda que conseguiram uma parceria entre as instituições interessadas no tema
68 chorume, nos passivos em aterros licenciados e com problemas para tratar chorume,
69 e trazer o chorume de uma bacia para a outra. Com o final do seu prazo, o GT não
70 pode ser prorrogado, mesmo com o trabalho não sendo considerado concluído.
71 Mesmo assim existe vasto material tal como, fotos, relatos de visitas etc. Continuou
72 explicando sobre os inquéritos, e que conseguiram um vínculo de parceria com as
73 duas instituições que também tratam da questão do chorume e que o GT aprovou
74 alguns critérios de como investigar e o que investigar, além dos temas que seriam
75 tratados no processo. Um dos temas era trazer o chorume de uma bacia hidrográfica
76 para a outra, na CEDAE ou nas Águas de Niterói, mas com o término do mandato do
77 Comitê, não foi possível prorrogar o GT. Mesmo assim, ainda restaram o material
78 obtido, fotos, relatórios, etc. Maria Aparecida informou que Magé tem problemas com
79 o passivo ambiental deixado por exposição inadequada de esgoto, falou sobre a
80 escassez de recursos, e que uma das propostas do GT Chorume era realizar uma
81 exposição internacional sobre o tema. Maria Aparecida prosseguiu informando que
82 nas suas visitas nos aterros pode verificar a utilização da nanotecnologia. Por ser um
83 tratamento caro, sua compra foi analisada pelo CBH, não sendo possível naquele
84 momento. Patrícia Venancio considerou importante trabalhar utilizando estes dados,
85 porque segundo o panorama apresentado na nota técnica 01 do GT Chorume de
86 2019. Item 4.2 foram relacionados os aterros controlados e os lixões em atividade ou

87 encerrados, mas que fazem o despejo na Baía. Patrícia considerou importante
88 trabalhar, centralizar estas informações por meio do centro de apoio para facilitar o
89 diálogo com os promotores naturais, e ter uma atuação articulada, permitindo que
90 todos alinhem uma linha de atuação para conseguir uma melhor abordagem sobre o
91 tema. Outro viés seria a questão criminal, para esta poderia ser elaborado um
92 resumo sobre o que existe sobre o tema e foi encaminhando para as promotorias
93 criminais para dar um tratamento adequado nesta questão. Patrícia disse que trata
94 de crime de natureza permanente. Complementou informando que há investigações
95 e inquéritos civis com relação a alguns lixões e aterros, sejam sanitários ou
96 controlados, algumas ações civis públicas promovidas pelo MP estadual e algumas
97 capitaneadas pelo Ministério Público Federal, como o caso de Gramacho, sendo que
98 nesta foi assinado termo de ajustamento de conduta. Por isso, é importante ter um
99 panorama jurídico e ter informações de alguns dados para avançar este cenário.
100 Patrícia prosseguiu relatando que o MP tem um convênio com os profissionais da
101 FIOCRUZ e que o MP pode trazer a FIOCRUZ a este debate, caso haja interesse.
102 Magno informou que o Comitê Baía de Guanabara tem um termo de cooperação
103 técnica que permite trocar dados mais efetivamente, e que pode ajudar muito o
104 grupo. Miguel disse que foi passado um estudo sobre a questão do chorume por um
105 órgão do INEA. E complementou informando que estava atrás de soluções para os
106 passivos ambientais, em razão da demora do INEA em providenciar soluções. . O
107 último movimento que o CAO fez foi agendar uma reunião do CBH-BG, GT Chorume
108 com o Inea na sede do Ministério Público e a próxima, seria na sede do Inea para
109 ser explicado o estado da arte neste tema. Porque entre o licenciamento e o que é
110 realmente feito existe grande diferença. Complementou informando há um passivo
111 em Seropédica pois em virtude da Prefeitura do Rio não pagar as empresas, há risco
112 de entrar em colapso a coleta, afetando o chorume. A bacia do Iguaçú/Sarapuí não
113 aguenta mais um aterro, sendo que o distrito de Adrianópolis cobriu o aterro,
114 relatando que diminuiu em 70% o problema do chorume, surgindo então a ideia de
115 proceder da mesma forma também no Jardim Gramacho. Desta forma, surgiu a ideia
116 apresentada por Aparecida de utilizar a nanotecnologia. Miguel falou que as
117 Prefeituras irão receber dinheiro sem destinação específica para o saneamento,
118 mesmo tendo o passivo para resolver. O TAC da Baía de Guanabara não
119 contemplou o volume de chorume que chega nos rios e vai para a Baía de
120 Guanabara, caso contrário não seria objeto do TAC do PDBG também. Miguel falou
121 sobre a necessidade de realizar avaliação sinérgica, Rejane Ferreira disse que vem
122 acompanhando o GT Chorume, que seria necessário um relatório mais consistente e
123 que o tema deve ter continuidade, porque o problema não acabou. Rejane disse que
124 vai verificar quem está como vice na FioCruz para entrar em contato. Marcos
125 Basbaum disse que diante das falas iria passar alguns encaminhamentos ao
126 Ministério Público e que discordava um pouco de Magno e Miguel sobre o relatório,
127 pois em determinadas temas você obteria informações mais rápidas que em outras,
128 propondo enviar as informações já disponíveis para o MP. Com isso, o MP já poderia
129 iniciar a retomada do trabalho. Magno concordou com Marcos complementando e

130 que a proposta atenderia essa necessidade. Patrícia disse que tem o número dos
131 procedimentos que foram instaurados e que pode fazer um levantamento junto as
132 dos seus status atuais. Marcos perguntou a Patrícia se seria necessário algum tipo
133 de formalização para formalizar o retorno da atuação conjunta do CBH e MP no
134 tema chorume. Patrícia disse que não ver problema em receber as informações
135 parcialmente e que é ideal seria enviar um Ofício solicitando a retomada dos
136 trabalhos, permitindo que que entre em contato com os promotores, informando a
137 retomada do trabalho no tema chorume, e continuar a busca das informações dos
138 despejos de chorume na Baía. Marcos questionou se o ofício deveria ser
139 encaminhado diretamente para Patrícia. Ela informou que sim. Marcos falou aos
140 participantes que quem tiver as informações consolidadas poderiam estar
141 encaminhando. Patrícia perguntou sobre os objetivos de trabalho seriam mantidos
142 iguais ao grupo anterior. Marcos disse que o plano de trabalho será revisto e se
143 poderia ter adequações a serem feitas. Magno solicitou o envio da ata para o Cao e
144 o GT. Conclui-se a continuação do Grupo de Trabalho.

145
146 Marcos Basbaum

147 **Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental**

148
149 **Participantes:**

150 Conselho Regional de Biologia – CRBio – Marcos Basbaum; Fundação Rio Águas –
151 Patrícia Montezuma; Instituto De Estudos Dos Direitos Humanos E Do Meio
152 Ambiente – IEDHMA – Silvana Di Lulio Moreira; Associação de Moradores e Amigos
153 de Vargem Grande – Renato G. da Rocha; Secretaria do Ambiente e
154 Sustentabilidade – Tamara G. Fernandes e Camilia Cruz; Águas de Niterói – Halphy
155 Cunha Rodrigues; Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá -
156 APALMA – Flávia Lanari Coelho; Instituto Federal Fluminense – IFF – Elane Maria
157 Farias; CEDAE – Frederico Menezes Coelho; Prefeitura de Tanguá – Elielson Silva;
158 Conselho da Região Oceânica de Niterói – CCRON – Alexandre Braga; Rede de
159 Empreendedores Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e
160 Sustentável – Rejany Ferreira dos Santos; Prefeitura de Magé – Maria Aparecida
161 Resende; Instituto Brasileiro de Direito Ambiental – IBDA – Magno Neves Barbosa;
162 Associação Ecocidade – José Miguel da Silva. Ministério Público – MP – Marina
163 Cavalcanti Lahora Martins, Patrícia Gabai Venancio, Gisela Pequeno Guimarães
164 Corrêa. Secretaria Executiva (Agevap): Carolina Martins e Luciana Rosário.